



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
21 DE JUNHO DE 2019**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

.....
PONTO 1 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 83 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES | CANDIDATURA À TIPOLOGIA 10.2.1.6 – RENOVAÇÃO DE ALDEIAS [REQUALIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES E CICLÁVEIS DA ZONA RIBEIRINHA INTEGRADA DOS RIOS LEVIRA E CÉRTIMA E ITINERÁRIO PARA SINALÉTICA IDENTIFICATIVA]
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, recordou que o presente assunto já tinha sido discutido e deliberado em sede de Assembleia Municipal, vindo novamente a Reunião de Câmara porque a AIDA, que está a fazer a gestão do processo, sugeriu que se suspendesse a anterior candidatura para que se pudesse apresentar uma nova, completamente reformulada, de forma a que a tipologia possa abranger mais valor a ser candidatado, e que a temática seja mais alargada.

Acrescentou que o acréscimo de financiamento era bastante relevante assim como a alteração da tipologia dos financiamentos a aprovar, ganhando o Município e as próprias localidades.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que o aumento do valor ia abranger e ter outro tipo de perspetiva na projeção da área a desenvolver, o que era benéfico para todos.

Recordou que, quando o assunto esteve em discussão em reunião de Câmara, tinha dado nota de



Oliveira do Bairro câmara municipal

outras situações que poderiam ser valorizadas e integradas no projeto, como o caso das passadeiras para peões na estrada principal que liga o Rêgo ao Silveiro e a questão da Quinta dos Ingleses, que todos sabem estar em completa ruína, mas poderia ser colocada uma placa identificativa do espaço e dar a conhecer a história da referida Quinta, questionando se poderiam agora ser integradas no projeto.....

O **Vereador António Mota**, disse que aquando da discussão do assunto em reunião de Câmara anterior, a questão tinha sido bem debatida e por tudo o que tinha sido dito, era seu entendimento que a atitude da Câmara Municipal tinha sido muito precipitada. Recordou que do que tinha sido apresentado relativamente às iniciativas a executar, era referido que o valor da candidatura estava muito aquém do que iria ser necessário para executar as propostas apresentadas e a resposta do Presidente da Câmara na altura foi de que a Câmara Municipal poderia também fazer um aumento dos valores.

Referiu que a presente candidatura, mesmo com o aumento de valor, fica muito aquém do necessário. Questionou se o projeto se mantinha e porque é que tinha sido tomada a anterior decisão, voltando a referir que tinha havido precipitação e solicitou esclarecimento do motivo da existência desta nova versão de candidatura.

Disse ainda que tudo o que estava previsto executar, com os primeiros valores apresentados não era exequível e mesmo assim com o aumento do valor não iria ser fácil.....

Alertou que o projeto inicial apresentado não quantificava os custos dos trabalhos a executar, questionando se tinha havido alguma alteração ao projeto já existente ou se o projeto se mantinha. . Afirmou que se começava a verificar uma descoordenação, relativamente ao que se projetava e ao que se executava, o que não era bom para o Município.

O **Vereador Rui Santos**, referiu que os valores previstos inicialmente, dariam para executar muito pouco do que estava pensado e por isso na sua opinião era um bom sinal o aumento de valor da candidatura.....

Acreditando que a candidatura ia ser reformulada, solicitou que fosse dada a oportunidade de, na fase inicial da candidatura, serem apresentadas e introduzidas, algumas ideias, que o UPOB tinha no seu programa eleitoral, assim como as ideias que tinham sido apresentadas pelo vereador Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o motivo da reformulação não tinha a ver com o Município de Oliveira do Bairro, mas tinha sido a entidade gestora a informar que iria alterar a taxa de comparticipação e que o valor de investimento ilegível seria superior.....

Acrescentou que a tipologia também iria ser alterada e o Município estava disponível para a adaptação necessária da candidatura à nova tipologia.

Referiu que o facto de ter vindo ao presente órgão era simplesmente para se considerar o interesse



Oliveira do Bairro câmara municipal

municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal, de forma a poder ser feita a candidatura. ..
Esclareceu que o que tinha sido apresentado em Reunião de Câmara anterior tinha sido um anteprojeto, que agora iria ser ajustado às preocupações apresentadas pelos Vereadores, que são aproveitar ao máximo no sentido de valorizar o património, dentro da tipologia apresentada.

O **Vereador António Mota**, disse que da explicação dada pelo Presidente da Câmara concluía que o projeto anteriormente apresentado nada tinha a ver com a candidatura agora apresentada, em termos de custos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o que estava em causa era que existia a possibilidade de o Município se candidatar à mesma tipologia, sendo que a mesma teria as suas alterações, mas nada tinha a ver com a alteração do projeto inicialmente apresentado, que está efetuado, mas tem a possibilidade de serem feitas adaptações ao mesmo.

O **Vereador António Mota**, recordou que na altura da primeira discussão do presente assunto já se tinha verificado que o projeto apresentado nada tinha a ver com os valores da candidatura, questionando assim se, com o aumento do valor da candidatura, o projeto era alterado, alertando que, mesmo assim, o projeto apresentado supera os valores da nova candidatura, ou se a Câmara Municipal estava disponível para reforçar a verba para que o projeto seja concretizado, conforme tinha sido afirmado pelo Presidente da Câmara.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o projeto que estava elaborado e que tinha sido apresentado, era o projeto que se pretendia concretizar, mas naturalmente, que se tiverem que ser feitas adaptações as mesmas seriam feitas, e relativamente ao valor ser elevado disse que o Vereador António Mota é que tinha referido isso.

O **Vereador António Mota**, disse que o Presidente da Câmara não consegue apresentar nenhum projeto à Comunidade, para comparticipação, se o mesmo não estiver devidamente quantificado e pelo que tinha referido ainda não estava. Questionou se, quando o projeto for devidamente quantificado, a parte restante que ultrapassar o valor da candidatura, se a Câmara mantém a disponibilidade para concretizar o projeto.

O **Presidente da Câmara**, voltou a referir que o projeto estava elaborado, pronto a ser submetido, e só o não tinha sido devido à alteração agora apresentada, que nada tinha a ver com a Câmara Municipal. Frisou que o projeto estava quantificado, pronto a ser submetido e se o Vereador o quisesse analisar será colocado à disposição para consulta. Esclareceu que com esta alteração tinha sido aumentado o valor da candidatura, assim como o valor da comparticipação.

Referiu, ainda, que o projeto não tinha que estar já executado nesta fase, porque agora simplesmente se estava a reconhecer o interesse para a população, não sendo o valor que estava agora em causa.

O **Vereador António Mota**, informou que não participava na votação do presente assunto porque o Presidente da Câmara não estava a facultar os dados necessários para a votação do mesmo,



Oliveira do Bairro câmara municipal

podendo os dados ser solicitados aos Técnicos da Câmara presentes na reunião se o Presidente assim o quisesse.

O **Presidente da Câmara**, dirigindo-se ao Vereador António Mota, disse que fizesse como entendesse, mas não tinha os valores em mente e já se tinha disponibilizado para colocar em consulta o dossier do processo, garantindo que até ao final da reunião o dossier estava disponível, para consulta, junto ao mesmo.

O **Vereador António Mota**, disse que assim sendo a sua posição já era outra.

O **Vereador Rui Santos**, questionou se a deliberação que iriam tomar era referente ao reconhecimento do interesse para as populações.....

O **Presidente da Câmara**, afirmou que era isso mesmo, o reconhecimento de interesse para as populações.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a submissão à Assembleia Municipal com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências, da Informação/Proposta n.º 83 - Mandato 2017/2021 apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 18 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 2 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 84 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO [EDUCAÇÃO].....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a presente reunião extraordinária tinha sido agendada precisamente para se deliberar sobre o presente ponto da Ordem de Trabalhos. Alertou que tem havido dificuldades em se obter algumas respostas às questões colocadas pela Câmara Municipal à Tutela.....

Disse que, como era do conhecimento, o Município de Oliveira do Bairro era um dos Municípios pioneiros na descentralização de competências, no que diz respeito à Educação e com toda a experiência que o Município já tem, era um assunto sobre o qual se deveria ter muito cuidado e manter alguma consistência, salvaguardar os interesses dos jovens, dos funcionários que vieram do Ministério da Educação para o Município e uma série de outras situações que o Executivo entende por relevantes.....

Disse que face ao resultado da última reunião tida na Secretaria de Estado da Educação, no passado dia 19 de junho, e dos telefonemas que fez aos senhores Vereadores a dar nota da falta de informação



Oliveira do Bairro câmara municipal

que tem havido, gostaria que fosse tida em conta a informação que veio ao presente órgão, em reunião anterior, sobre a pronúncia em primeira instância, a qual já tinha sido deliberada.....

Referiu que, não obstante a informação prestada no primeiro parágrafo do ofício, relativamente ao horário de envio da documentação, informou que a mesma só tinha sido rececionada por volta da meia noite e por isso só no dia anterior ao da realização da presente reunião, foi possível enviar a documentação aos Senhores Vereadores.....

Acrescentou que também era referido que seria enviada uma adenda ao contrato interadministrativo, para a devida aprovação, mas só na presente data seria enviada essa adenda, o que sucedeu à cerca de dez minutos antes do início da presente reunião.....

A **Vereadora Lília Ana Águas**, começou por dizer que para além do que já tinha referido em reunião anterior sobre o andamento do processo e daquilo que foi feito, que foi esticar ao máximo possível a deliberação, de forma a reunir o máximo possível de documentação, para que todas as dúvidas fossem devidamente acauteladas, no que diz respeito à transição e à possível aceitação da Delegação de Competências já para o ano de 2019.

Acrescentou que foi sempre feita uma ligação com a Secretaria de Estado no sentido de esclarecer todas as situações, que suscitavam dúvidas, ao contrário do que tinham feito outros Municípios, dos catorze que tinham aceite o projeto piloto de descentralização de competências, que optaram, alguns deles, pela pronúncia da não aceitação.....

Referiu que, em primeira análise, não verificaram que o diploma fosse benéfico para o Município, em relação ao contrato interadministrativo em vigor, tendo sido explicado à Senhora Secretária de Estado.

Acrescentou que na reunião do dia 19 de junho, marcada pela Senhora Secretária de Estado, com os catorze Municípios, foi proposto um modelo transitório, com um regime específico para esses Municípios, de forma a que percebessem que se não aceitassem o diploma, iriam dar o exemplo de que o contrato de delegação de competências não funcionava, e não era isso que se pretendia.

Referiu que os catorze municípios eram de acordo que o contrato de delegação de competências era benéfico para a comunidade educativa, a análise dos três anos de contrato interadministrativo era francamente positiva e todos os Municípios pretendem aceitar a transferência de competências na área da educação, mas cada um deles tem as suas especificidades e as suas razões.....

Informou que no caso do Município de Oliveira do Bairro, houve dúvidas que foram colocadas, nomeadamente sobre a assunção dos refeitórios, a questão dos transportes escolares, no pré-escolar, a questão da requalificação da ESOB que decorria do contrato anterior, entre outras, sendo que algumas já tinham sido esclarecidas.

Esclareceu que houve Municípios que deliberaram pela não aceitação da delegação de competências, escudando-se no artigo 72.º do Diploma, que refere que os Municípios que optarem pela não aceitação mantêm o contrato interadministrativo em vigor, até à sua aceitação, ou seja até



Oliveira do Bairro câmara municipal

ao ano de 2021. Foi proposto ao Município que aceitasse a transferência de competências, com a condição de negociação de um regime transitório, que passa por manter o contrato interadministrativo anterior no ano letivo de 2019/2020, começando a negociação para o ano letivo de 2020/2021.

Mais disse que tinha sido reconhecido pela Secretária de Estado, o sentimento de todos os Municípios de todo este processo não ter acontecido há uns meses atrás, havendo Municípios que deliberaram pela não aceitação que terão que revogar a deliberação tomada e deliberar pela aceitação, com as condições já referidas.

Olhando para a minuta que tinha chegado, há poucos minutos atrás, referiu que não se sentia confortável a votar sobre o assunto, porque a sua dúvida persistia, que era uma questão legal em saber se era possível ter os dois diplomas em vigor, o contrato interadministrativo e o Decreto-Lei 21/2019, e caso colidissem em determinado assunto qual dos dois prevalecia e isso não estava esclarecido na minuta, ao contrário do que tinha sido solicitado, pese embora seja a favor da descentralização de competências

Sugeriu que se suspendesse a discussão do assunto, até haver esclarecimento da Tutela sobre a questão.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que subscrevia as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara e pela Vereadora Lília Ana Águas, no sentido de que o Município de Oliveira do Bairro deveria ser um exemplo.

Referiu também, que pela explicação dada pelo Vereadora, de que existiam algumas áreas em que a Câmara Municipal pretende ir mais longe, naquilo que é a assunção de competências, aplaudindo o arrojo e que era esse o caminho.

Disse ainda concordar que o ponto seja suspenso, para que de forma mais delineada e concreta se possa deliberar sobre o assunto.

O **Vereador António Mota**, questionou se haveria algumas implicações, relativamente à questão das datas, porque o contrato interadministrativo era datado do mês de maio de 2015, com uma validade de quatro anos.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que iria haver uma Sessão da Assembleia Municipal para o efeito e questionou relativamente aos prazos de envio da documentação, podendo causar algum incomodo na análise da referida documentação.

O **Vereador Rui Santos**, disse concordar com a posição da Vereadora Lília Ana Águas. Solicitou que no decorrer da negociação do regime transitório, os Vereadores fossem informados da evolução de forma a poderem opinar a respeito do assunto.

O **Presidente da Câmara**, sobre a questão do envio da documentação para a Assembleia Municipal, disse o Presidente da Mesa, já tinha sido informado que o assunto só iria ser discutido na presente data e que seria posteriormente remetido aos Membros da Assembleia Municipal, sendo natural que



Oliveira do Bairro câmara municipal

agora iria apelar para que os Membros da Assembleia tenham conhecimento do documento, um pouco mais tarde do que o previsto inicialmente.

Referiu que também não se sentia confortável com a votação do presente ponto, nomeadamente no que diz respeito à dúvida ainda existente, referida pela Vereadora Lília Ana Águas, e sobre a qual tinha solicitado que viesse esclarecida, o que não sucedeu.

Informou que a próxima reunião com a Tutela tinha sido agendada para o dia quatro de julho, juntamente com os outros Municípios, onde será discutido o assunto e para além do contrato de delegação de competências, os Municípios possam assumir mais competências.

Informou que a Dr.^a Andreia Pereira estaria já em conversação com o Chefe de Gabinete da Secretária de Estado de forma a esclarecer as dúvidas ainda existentes e na próxima reunião já se possa votar o assunto em consciência.

O presente ponto da Ordem de Trabalhos foi retirado, pelo motivo de ter chegado a documentação inerente ao mesmo, por parte da Tutela, durante o decorrer da reunião.

Foi assim proposto retirar o ponto e convocar nova reunião para discussão do mesmo, tendo os Vereadores presentes, concordado e foi assim convocada de imediato a reunião de Câmara Extraordinária para o dia 24 de junho pelas 14h30.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES NO EVENTO A REALIZAR PELA CÂMARA MUNICIPAL “SANTOS POPULARES 2019”.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, deu nota que a presente informação não acrescentava mais valores, ao que tinha sido atualizado no ano anterior, existindo uma tabela anexa com o nome das marchas que iriam estar presentes no evento, que iria decorrer no Estádio Municipal de Oliveira do Bairro, estando também presente a marcha da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Rui Santos**, informou que iria votar favoravelmente a presente proposta, no entanto referiu que iria apresentar uma proposta de alteração ao procedimento, no sentido de que seja premiada a qualidade das participações, porque o método de análise para atribuição dos apoios, atualmente é apenas quantitativa e não qualitativa.

Disse concordar que era um evento importante para o Concelho e por isso também seria importante premiar a qualidade, tendo noção que irá dar trabalho, mas se se quiser estar num nível elevado de qualidade tem que se trabalhar nesse sentido.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente à marcha da Câmara Municipal, questionou qual seria o valor estipulado de gastos por parte da Câmara.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador António Mota**, reportando-se às roupas dos marchantes, da marcha de Oliveira do Bairro, que no ano passado disse irem trajados de cavaleiros tauromáticos, sugeriu que para o presente ano fossem trajados de forcados, porque certamente iriam gastar menos dinheiro. Referiu que a marcha da Câmara Municipal tinha chamado a atenção, pela sua roupa, notando-se uma grande divergência, comparativamente com as outras marchas presentes no evento, esperando que no presente ano essa diferença não seja tão notada e daí a questão dos custos com os fatos, colocada pelo Vereador Álvaro Ferreira.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que por lapso não tinha feito referência à alteração feita à atribuição dos apoios, em relação ao ano anterior que tinha um limite de cinquenta participantes, no presente ano não houve limitações quanto ao número de elementos.

Reportando-se ao que tinha sido dito pelo Vereador Rui Santos, disse que já tinha pensado nessa questão de criação de um júri e premiar as marchas, mas era seu entendimento que as marchas do Concelho de Oliveira do Bairro têm qualidade e mérito, porque as pessoas envolvidas se empenham, tem conhecimento que as despesas vão muito para além do valor que é atribuído pela Câmara Municipal e por isso não lhe parecia que, por haver um concurso, a qualidade fosse diferente do que é atualmente, podendo sim criar alguns constrangimentos entre as marchas participantes, prejudicando o convívio saudável existente entre as várias marchas.

No que diz respeito à marcha da Câmara Municipal, agradeceu os elogios dirigidos e quanto aos custos da mesma, disse que se trabalhava com o que se tinha, os arcos foram emprestados e as roupas tinham sido alugadas, sendo a única despesa e que o valor era muito inferior relativamente ao que se tinha atribuído às outras marchas participantes.

O **Vereador António Mota**, reportando-se ao sugerido pelo Vereador Rui Santos de premiar a excelência, disse que concordava, mas a marcha da Câmara Municipal deveria ser excluída dessa análise.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio às instituições participantes no evento “Santos Populares 2019”, nos termos da Informação apresentada pela Vereadora do Pelouro, datada de 11 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 4 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 120/GAP, APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – FIXAÇÃO DE NÚMERO E ÁREA DE ESTÁGIOS - ESTÁGIOS HABILITANTES AO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO REGULADA (EH).

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, referiu que vinha na senda da aprovação do Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro e após a solicitação dos serviços da Câmara vinha agora para deliberação a abertura do plano de estágios para três áreas identificadas na informação, não obstante de se poder abrir estágios para outras áreas, dentro das necessidades que se forem sentindo. Acrescentou que não adiantava ter estagiários, só por ter, mas sim para os mesmos aprenderem e se formarem.

O **Vereador Rui Santos**, disse que no seguimento do que tinha sido referido pelo Presidente da Câmara, não iam ser só os estagiários a beneficiar desta medida, porque a instituição também ia beneficiar, com técnicas novas que os mesmos possam trazer, achando positivo e havendo necessidade que se aumente o número de estágios.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 120/GAP, datada de 14 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, fixar o número e áreas profissionais de estágios (habilitantes ao exercício de profissão regulada (EH)) a admitir, no âmbito do Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro, nos seguintes termos:

- a) Arquitetura, um lugar;
- b) Engenharia Florestal, um lugar;
- c) Psicologia, um lugar.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 37.2019|DPGU – REPROGRAMAÇÃO DA EMPREITADA DESIGNADA POR “OBRAS DE REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 DR. FERNANDO PEIXINHO, CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO SOBRE O ESPAÇO DESPORTIVO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E REQUALIFICAÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES”.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que, no que diz respeito ao presente ponto e ao seguinte, o motivo da prorrogação dos prazos, estava explanado nas informações.

O **Vereador Rui Santos**, disse que no que respeita ao presente assunto e ao assunto do ponto seguinte, lhe parecia que não estavam a correr pelo melhor. Reportando-se ao presente ponto, disse que num processo que já ia longo e apesar de terem conhecimento do que se vai passando, não era concebível que se aceitasse uma prorrogação de prazo que iria colidir com período de aulas, devendo ter sido acautelada essa situação.

Mais disse não compreender como é que com a reformulação do projeto de arquitetura, que foi feita em outubro de 2018, nesta altura, os projetos de especialidades ainda não estavam a ser



Oliveira do Bairro câmara municipal

implementados. Referiu que, da consulta que fez ao processo, o que estava em causa eram os arranjos exteriores, mas como não conhecia a obra nem os trabalhos a realizar, solicitou que fosse agendada uma visita à obra, assim que fosse possível, de forma a poder ser mais justo nas suas apreciações.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse reforçar a intervenção do Vereador Rui Santos, porque era seu entendimento que se fossem visitando o decorrer da obra, teriam certamente outra opinião sobre o que está em causa.

Disse, ainda, ser lamentável o conjunto de reformulações que têm acontecido, apesar de saber que acabam sempre por acontecer, mas já tem havido várias reuniões de Câmara onde se tem falado sobre reformulações de projetos.

Questionou se aquando da reformulação deste projeto, não teria sido possível verificar as necessidades que obrigaram à prorrogação do prazo.

Referiu que na informação enviada, era dito que até à data do envio da documentação ainda não tinha sido recebida informação por parte do gabinete projetista e nesse sentido questionou se à presente data já tinha sido recebida essa informação.

O **Vereador António Mota**, disse que havia incompetência a mais em todo o processo e a mesma era espelhada na informação que continha algumas gralhas, alertando o Presidente da Câmara que havia certos tipos de projetos que não podiam ser executados por aprendizes, porque se estava a falar de um projeto de milhões de euros de uma obra de grande dimensão. Referiu que não pode ter convívência com a incompetência dos técnicos, porque se os mesmos não servem, não podem continuar a exercer essas funções

Questionou se o Gabinete das Especialidades iria mesmo entregar a documentação a tempo e horas para que se começasse a obra o quanto antes e também questionou qual era a alteração de preço que iria haver com as alterações. Referiu que seria bom que o gestor do procedimento tivesse tudo muito bem quantificado, de forma a poder fazer uma análise mais adequada.

Disse que lhe custava votar estes assuntos e que às vezes lhe apetecia mesmo votar contra, considerando tudo o que tinha referido.

Referiu que os técnicos municipais, pela sua experiência, deveriam ter outro tipo de papel, nestes processos e supervisioná-los, porque depois se cai no ridículo, constante na informação, que tem que justificar uma série de situações no projeto, que no seu ponto de vista são injustificáveis.

Mais disse que, quando se pensava que se iria ter tudo pronto para o arranque do ano escolar, com tanta incompetência, o ano escolar vai iniciar e os trabalhos ainda estarão a ser realizados e, do que lhe parecia, ainda não ia ficar assim.

O **Presidente da Câmara**, reportando-se ao que tinha sido dito sobre o arranque do ano escolar, recordou que o Vereador Rui Santos tinha solicitado algumas informações na última reunião de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Câmara sobre o assunto e tinha referido que os trabalhos tinham tido um desenvolvimento muito grande no mês de maio. Referiu que durante a presente semana tinha passado no local e tinha verificado que a estrutura do pavilhão estava quase toda concluída, e do que se falava de arranjos exteriores era a parte dos gradeamentos e do acesso frontal. Referiu que atendendo às circunstâncias e a algo que pudesse correr mal e porque também tinham a parte financeira, tinha sido proposto que se fizesse a prorrogação, estando por isso garantido o início de aulas, sem qualquer tipo de problemas.....

No que toca ao mapa de medições, deu conhecimento que o mesmo já tinha chegado.

Referiu que as medidas que tiverem que ser tomadas, seriam tomadas e quando se inicia uma obra a mesma tem que ser realizada e concluída, mesmo com os problemas que possam ocorrer. Informou que tinha havido problemas com os aquedutos que passam por baixo da obra, e que até há pouco tempo não tinham ainda recebido os mapas a localizar esses fossos, em que um deles tinha provocado o abatimento numa sala de aulas, onde teve que ser reposta a laje do piso e as águas pluviais que estavam direcionadas para esse fosso, tiveram que ser redirecionadas para evitar novos problemas.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Rui Santos, nos termos da Informação Técnica 37.2019\DPGU datada de 27 de maio de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte;.....

1.º - Autorizar a prorrogação do prazo de execução da obra, pelo período de 120 dias, culminando o prazo de execução da obra em 30/09/2019;.....

2.º - Aprovar a atualização do plano de trabalhos e cronograma financeiro.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 11.2019\IDGUOM – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA CERÂMICA ROCHA”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente assunto era semelhante ao anterior, não obstante as particularidades da empreitada, em que a reconstrução tem que ser muito cuidada, devido às paredes já existentes e que se pretendem manter no seu formato original.

Deu nota que iria providenciar uma visita dos Vereadores à obra, juntamente com os técnicos municipais.....

Referiu que os Vereadores têm tido conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido na obra da Cerâmica Rocha. A necessidade de reformulação do projeto, que implicou uma série de alterações de preservação, que não estava prevista inicialmente. No que toca às paredes de sustentação de terras, ao reboco de paredes previsto inicialmente, mas foi decidido que se faria a limpeza e a



Oliveira do Bairro câmara municipal

preservação das paredes originais em tijolo, entre outras alterações preservando o que ainda existe no local.

Mais disse que todas as alterações referidas provocaram dificuldades nomeadamente na recuperação dos muros, na rede de águas pluviais, drenagens, redes de comunicação, estando tudo explanado na informação.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que se estava a falar de valorização de património arquitetónico, do valor industrial ao nível da arqueologia industrial assente na obra. Disse também saber-se que o Município de Oliveira do Bairro não tem um histórico no que diz respeito à requalificação de edifícios históricos, não havendo por isso a experiência no projetar, nos prazos, entre outros.

Referiu que apesar do que tinha referido, o processo não esteve bem desde o seu início e teve que haver adaptações aos financiamentos e às circunstâncias que foram aparecendo, mas mesmo assim deve haver um acompanhamento mais aprofundado, porque do que se pode ler na informação tudo aconteceu na obra.

Afirmou que quando se pretende fazer uma requalificação do género poder-se-ia ter pedido parceria a entidades como a DRCC, Direção Regional de Cultura do Centro, que tem experiência de outros municípios e que poderia ter ajudado no projeto, delineando o que seria necessário fazer, os prazos, os tipos de materiais a utilizar na requalificação.

Voltou a referir que no projeto inicial tinha sido apresentada a memória descritiva, onde se poderia verificar que a regra aplicada era uma regra geral, quando se sabia de antemão que este tipo de projetos, nada tem de habitual, é um projeto com as suas características próprias de requalificação de preservação, verificando-se mais tarde, que afinal a memória descritiva do projeto não se enquadrava no mesmo.

Disse que este tipo de atrasos iria inviabilizar as apostas políticas para o Município e por isso a análise crítica feita sobre este tipo de situação, que devem ser mais cuidadas na elaboração dos projetos. ...

O **Vereador António Mota**, recordou os comentários tecidos, numa reunião de Câmara, relativamente ao projeto existente e à necessidade de reformulação do mesmo. Referiu que a obra parou de forma a reformular-se o projeto, mas verifica-se agora que continuam a aparecer situações que não estavam previstas.

Disse que este tipo de projetos, deveria ter tido um acompanhamento técnico diferente e de áreas diferentes, nomeadamente dos técnicos da área deste tipo de projetos e de construções, porque havia elementos suficientes, do tempo do Dr. Acílio Gala, que dava uma imagem de acompanhamento, de fiscalização, de elaboração do projeto completamente diferente daquilo que foi apresentado.

Referiu que agora se verifica que o inicialmente previsto, nada tem a ver com o executado, continuando a ser dados argumentos que para si não fazem qualquer sentido, levantando dúvidas quanto ao trabalho dos técnicos, que até conhece o trabalho dos mesmos, mas quando apresentam



Oliveira do Bairro câmara municipal

argumentos desse tipo fica na dúvida quanto aos mesmos.

Questionou se, a alteração do cronograma de trabalhos e o cronograma financeiro, com as alterações, independentemente do tempo de execução e de prorrogação e prazos, não altera o custo total da obra.

Referiu que a análise política poderia ser diferente, e falar-se em prorrogação de prazo porque a disponibilidade financeira da Câmara existe, mas só depois do empréstimo aprovado, mas qualquer obra que está a ser executada atualmente está a dar origem a prorrogações de prazo, esperando que as obras que entrarão agora em execução, não tragam estas situações, se não, não fazem mais nada que analisar constantemente alterações aos projetos, prorrogações de prazo.

O **Vereador Rui Santos**, disse que já se tinha manifestado em relação ao projeto, em reuniões anteriores, e o que estava a ser analisado era apenas o reflexo do projeto que tinha sido feito, tinha conhecimento das condições em que o mesmo tinha sido executado, em que a técnica teve pouco tempo para o elaborar, sendo inacreditável como é que um projeto do género, avançou sem que especialistas do património fizessem acompanhamento do projeto e da obra.

Referiu que o projeto que existia do tempo do Dr. Acílio Gala tinha quase tudo, sabendo que as condições não eram as mesmas, mas, no mínimo deveria ter sido consultado, para perceberem um pouco do tipo de trabalho que tinha que ser feito, excluindo o que já não era aplicável e tomado em boa conta o que constava no mesmo, porque tinha sido elaborado por técnicos altamente qualificados, com currículo na área de requalificação e preservação.

Mais disse que na senda dos comentários anteriores, havia questões técnicas, que tinha dificuldade em compreender, até porque percebia do assunto e não compreendia que andasse uma retroescavadora para ver onde estava o problema que tinha sido causado, por uma conduta de água, porque isso era para o século passado e não para a atualidade porque existem técnicas que permitem identificar o traçado das condutas, trazendo-lhe dúvidas ao relatório apresentado.

Afirmou que se iria abster neste ponto, porque desconhecia as contingências, percebendo que haja atrasos, mas já estão a ser de forma exagerada, mas daria o benefício de dúvida até ter conhecimento no local do que é que se estava a passar concretamente.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que todos os presentes, à exceção do Vereador António Mota, tinham apanhado o projeto já aprovado, assim como a sua adjudicação. Acrescentou que os estudos também já estavam todos realizados, e em reuniões de Câmara foi falado sobre as alterações e as mesmas tiveram os adicionais que vieram a reunião de Câmara para serem discutidos.

Não obstante os estudos preliminares que deveriam ter sido efetuados, o Executivo está para resolver as questões que aparecem, que podem causar transtorno, mas tem que ser feito, esperando que em futuras obras não aconteça o mesmo, porque não era a vontade do Presidente da Câmara nem de nenhum dos presentes que estas situações aconteçam, mas era vontade do Presidente da Câmara



Oliveira do Bairro câmara municipal

e também de todos os presentes, que as situações sejam resolvidas e o trabalho bem realizado.

O **Vereador António Mota**, alertou que se deveria ter algum cuidado com as pessoas, com os técnicos que se colocam à frente dos projetos, porque o político não pode ser surpreendido com tanta incompetência, porque acreditam sempre nas pessoas que trabalham no grupo, alertou para que em projetos futuros, haja o cuidado com os técnicos que irão estar à frente dos mesmos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a Abstenção do Vereador Rui Santos, nos termos da Informação Técnica 11.2019\DGUOM datada de 14 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte;

1.º - Autorizar a prorrogação do prazo de execução da obra, pelo período de 60 dias;

2.º - Aprovar o plano de trabalhos e cronograma financeiro.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO 51/2019, PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – PROPOSTA DE PARCERIA COM A DELEGAÇÃO DE ÁGUEDA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, NA CANDIDATURA AO POISE ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e o Vereador Álvaro Ferreira.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, informou que o presente assunto vinha na consequência de um contacto da Cruz Vermelha de Águeda, sendo uma candidatura que os mesmos têm e estavam a submeter relativamente a estruturas de apoio de atendimento a vítimas de violência doméstica, uma matéria que preocupa e era mais uma forma de ter à disposição da comunidade esse atendimento, realizado por técnicos capazes para o efeito.

Deu nota que se tratava da celebração de um protocolo com a Cruz Vermelha em que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, disponibilizará um espaço para o atendimento, assim como o encaminhamento de processos que mereçam esse tipo de tratamento.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou o facto de o Município ir ao encontro daquilo que eram as competências descentralizadas, reforçando a aposta nesse caminho e na sua opinião a candidatura tinha aparecido em boa hora.

Questionou se haveria alguma hipótese de a candidatura ser reprovada e, se o fosse, se o Município tinha algum mecanismo para ir ao encontro deste tipo de defesa em relação à área das vítimas de violência doméstica.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, disse que havia sempre uma hipótese de a candidatura ser reprovada. Acrescentou que se eventualmente a candidatura não for aprovada, a Câmara Municipal já tinha planeado fazer a abertura de um gabinete de atendimento nessa área, até porque era um assunto que preocupava e, de uma forma ou de outra, o Município irá ter esse gabinete de atendimento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a intenção de apoiar a Delegação de Águeda da Cruz Vermelha, nos termos e com os fundamentos da Informação 51/2019, prestada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, datada de 17 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais e de acordo com a minuta de Declaração em anexo àquela Informação.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO 52/2019, PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – PROPOSTA DE PARCERIA COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO NO PROJETO “QUALIDADE MAIOR” – CANDIDATURA AO BPI/LA CAIXA SÉNIORES 2019

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que era outra candidatura, no caso em concreto da Santa Casa da Misericórdia, que vinha na sendo do Pelouro da Idade Maior. Acrescentou que era uma candidatura complexa, que iria dar muito trabalho, tendo uma abrangência muito grande, com muitos parceiros envolvidos, com muitos técnicos, com várias áreas, conforme estavam descritas.....

Disse que o objetivo era a intervenção junto da população sénior, em famílias sinalizadas, e o que estava a ser analisado era o reconhecimento do interesse e a intenção do Município na candidatura, e depois enquanto parceiros é a deliberação no sentido de apoio com materiais de execução para as pequenas obras, que vão ser implementadas de acordo com o que está explicado.

Mais disse que era um projeto em que acreditava, pelo trabalho que vai ser feito conjuntamente com a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Saúde e a Câmara Municipal na identificação de idosos com necessidades de apoio, com demência, entre outros casos.

O **Vereador António Mota**, disse que pessoalmente não acreditava na presente candidatura, porque considerando as necessidades existentes no Concelho, que necessitam de tanto apoio, questionou qual era o montante previsto para o programa, porque pelo valor apresentado de quatro mil euros, para dois anos, por cem pessoas previstas a terem o apoio, era um valor muito irrisório, por parte da Câmara Municipal. Acrescentou que se estava a falar de acessibilidades, adaptação de casas de banho, entre outras situações.....

Referiu que se lhe for dito que haveria uma comparticipação de 90% das situações, no âmbito do projeto, aí concordava com o mesmo, porque dois mil euros por ano, mais o custo da formação, mais o custo dos técnicos, na sua opinião era um programa para facebook e não para ser prático.

Mais disse que se os serviços vêm que o valor é suficiente, também não iria dizer o contrário, mas afirmou que não iria resolver nada.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse perceber a preocupação do Vereador António Mota, porque se estava a falar de um projeto de longo alcance, uma nova tendência existente por parte das IPSS, de Municípios e também de entidades relacionadas com a solidariedade social, de irem cada vez mais ao encontro do indivíduo que tem mais dificuldade em se institucionalizar, o que para si era de louvar a perspetiva humanista dos Municípios.

Relativamente ao valor de quatro mil euros, referiu que certamente não seriam para as cem pessoas, porque nem todas irão precisar do mesmo tipo de apoio, mas as obras que serão necessárias fazer, terão o seu alcance.

Deu nota que na informação é referido que a candidatura se desenvolve entre janeiro de 2010 até 2021, ou seja, vai-se apanhar um processo que vem de trás.

O **Vereador Rui Santos**, questionou quanto aos valores e à amplitude da candidatura, porque com o valor que está em causa pouco ou nada se resolve.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que a informação se referia ao ano de 2020 e não 2010, pedindo desculpa pelo lapso.

Esclareceu que o projeto tinha um valor financeiro total de quarenta e nove mil euros e para além da comparticipação do Município, tudo o resto é comparticipado pelo BPI Sénior. Acrescentou ainda que por parte da Câmara Municipal há a disponibilidade dos técnicos, porque para a elaboração da candidatura e para o diagnóstico tiveram que fazer esse trabalho.

Relativamente às cem pessoas, esclareceu que não seriam todas a necessitarem de pequenas reparações, porque há outro tipo de apoios.

Esclareceu que as intervenções e os apoios não eram só destinados às pessoas que têm fracos recursos financeiros, para fazerem as alterações necessárias às suas condições físicas, mas eram também dados apoios a pessoas que têm recursos financeiros, mas não têm recursos técnicos para os orientar.

No que respeita ao apoio familiar, esclareceu que há um plano de apoio, não se faz só a obra e vêm-se embora, porque há um acompanhamento total, que inclui não só pessoas idosas a viverem sozinhas, mas também que vivem com a sua família, havendo por isso uma componente social grande e não só uma componente de obras e daí o valor apresentado, pese embora que no futuro haja necessidade de ultrapassar o valor apresentado o mesmo será ultrapassado.

Disse que não era um projeto para facebook, acreditando que não o é porque é um projeto no qual está a trabalhar há mais de um ano juntamente com as técnicas da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro e se o trabalho realizado com os quatro mil euros ajudar as famílias, quer sejam dez ou vinte, para si já era gratificante.

O **Vereador António Mota**, disse que como eram parceiros no projeto, era de todo premente que houvesse um relatório semestral ou anual, de forma a poderem analisar o alcance das deliberações



Oliveira do Bairro câmara municipal

tomadas e muitas vezes para verificarem se aquilo que deliberaram era o suficiente para ir ao encontro das necessidades do Concelho, tendo assim um diagnóstico do Concelho e perceber o que se fez e o que é necessário fazer mais.

Referiu que muitas vezes se fica com a ideia que estas parcerias apenas servem para se contratar mais alguém, para se fazerem mais estudos e era bom que não se ficasse com essa ideia

A **Vereadora Lília Ana Águas**, informou que não se iria contratar nenhum técnico, e relativamente ao relatório disse que informaria se a candidatura for aprovada e toda a informação que for feita chegar a si também a poderá fazer chegar ao Vereador António Mota.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a intenção de apoiar a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, nos termos e com os fundamentos da Informação 51/2019, prestada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, datada de 17 de junho de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais e de acordo com a minuta de Declaração em anexo àquela Informação.

PONTO 9 – REQUERIMENTO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SÃO JOÃO DE VILA VERDE, A SOLICITAR A DISPONIBILIZAÇÃO DE BARREIRAS DE SEGURANÇA, DE 21 A 24 DE JUNHO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 7 DE JUNHO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 7 de junho de 2019, em que autorizou a cedência de barreiras de segurança, à Comissão de Festas em honra de São João de Vila Verde, nos dias 21 a 24 de junho, para efeitos de apoio à realização das festividades.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **20 de junho** do ano **de 2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.764.529 Euros e 68 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **768.157 Euros e 28 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.582.686 Euros e 89 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram nove horas e cinquenta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata,



Oliveira do Bairro câmara municipal

que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos